

Portugal, Lisboa e a Metrópole: aspectos socio-demográficos para uma discussão em curso

Luís V. BAPTISTA

Professor do Departamento de Sociologia
Investigador do *Fórum Sociológico*-Centro de Estudos
Faculdade de Ciências Sociais Humanas – Universidade Nova de Lisboa
Avenida de Berna 26-C, 1069-061 LISBOA (PORTUGAL)
Tel.:+351.217933519 Fax:+351.217977759 e-mail: luisv.baptista@fcsb.unl.pt

João Pedro S. NUNES

Doutorando em Sociologia (FCSH-UNL)
Bolseiro da Funda o para a Ciência e a Tecnologia
Investigador do *Fórum Sociológico*-Centro de Estudos
Faculdade de Ciências Sociais Humanas – Universidade Nova de Lisboa
Avenida de Berna 26-C, 1069-061 LISBOA (PORTUGAL)
Tel.:+351.217933519 Fax:+351.217977759 e-mail: jp.nunes@fcsb.unl.pt

Resumo

Nas metrópoles, popula es, actividades e lugares transformam-se a ritmos nunca antes vistos. Os modos como os territórios urbanos e metropolitanos se inserem na dinâmica econ mica mundial são fortemente incidentes na produ o (e reprodu o) de desigualdades sociais. Tais modos constituem também um importante factor na estrutura o das actividades e das institui es urbanas e metropolitanas, bem como nos modos de vida das popula es residentes.

Caracterizando as transforma es sociais e territoriais decorrentes do processo de urbaniza o e dando conta da forte concentra o demográfica observada nas cidades de Lisboa, do Porto e nos seus territórios vizinhos, este artigo procura reflectir sobre as metrópoles e os territórios urbanos em Portugal.

Palavras-Chave: Lisboa, Metrópole,  rea Metropolitana, Popula es, Economia Europeia e Mundial

Abstract

Within the metropolis populations, activities, and places are transformed at unseen rhythms. The ways by which urban and metropolitan realms are positioned in the trans-national economic dynamics strongly effect the production (and reproduction) of social inequalities. Such ways also play an important role within structuration of urban and metropolitan activities, institutions, and populations' ways of life.

By describing social and territorial transformations resulting from the Portuguese urbanization process and taking into account the strong demographic concentration observed in Lisbon, Porto, and their neighbouring territories this article seeks to reflect on the Portuguese metropolis and on its urban territories.

Keywords: Lisbon, Metropolis, Metropolitan Region, Populations, European and World Economy

Résumé

Aux métropoles, les populations, activités et lieux se transforment aux rythmes inconnus. Les modes par lesquels les territoires urbains et métropolitains s'insèrent dans les dynamiques de l'économie planétaire portent des effets considérables à la production (et reproduction) des inégalités sociales. Ces modes constituent aussi un important facteur dans la structuration des activités, institutions et modes de vie des populations urbaines et métropolitaines.

En décrivant les transformations sociales et territoriales qui résultent du processus d'urbanisation portugais, et prenant compte de la forte concentration démographique observé à Lisbonne, à Porto et dans ses environs urbains, cet article cherche à réfléchir sur les métropoles et les territoires urbains portugaises.

Mots-clés: Lisbonne, Métropole, Région Métropolitaine, Populations, Économie Européenne et Mondiale

1. Os dilemas urbanos do país rural ¹

O território português tem sofrido nos últimos 30/40 anos uma profunda alteração, que acompanha a intensa mudança que a sociedade portuguesa vive e

¹ Alguns dos aspectos do actual artigo foram já apresentados em publicação anterior precisamente com este título, Luís Baptista "Dilemas urbanos do país rural", *Ideias à Esquerda* nº3, 2004: 99-102

que a aproxima das sociedades mais desenvolvidas. Este processo, iniciado anteriormente e que ainda decorre, tem posto o nosso país perante um conjunto de dilemas e obrigado os decisores políticos a tomadas de posição nem sempre fáceis. Seja pela impopularidade que tais decisões acarretam em termos do potencial conflito com certos grupos sociais e profissionais, seja pela fragilidade técnica que acompanha muitas vezes essas decisões.

Um desses dilemas, dos mais prementes, vividos nas últimas décadas, diz respeito à urbanização de um país que podíamos classificar como rural. A sociedade portuguesa viveu nos anos 60 e ainda 70 do passado século uma situação, por muitos classificada de atraso, que nos colocava na periferia do mundo urbano, moderno e desenvolvido. A imagem de então de um território aparentemente ordenado era conseguida pela pior das razões – devido ao atraso da sociedade portuguesa em se inserir em lógicas de desenvolvimento económico e social, sendo a cidade de Lisboa uma espécie de caso à parte de desordenamento urbanístico.

Paulatinamente, Portugal foi-se tornando todo ele assim. Primeiro nas áreas alvo do impacto do crescimento urbano, depois em áreas mais e mais distantes dos centros mas cada vez mais acessíveis, dadas as condições de modernização conhecidas nas três últimas décadas. Já a discussão e a apresentação de soluções para este importantíssimo problema só muito lentamente vai ganhando a relevância que justifica.

2. O Portugal denso: Lisboa e o Porto e o que está à volta

As populações, essas, foram-se deslocando, umas saindo de Portugal, outras rumando às maiores cidades do país. Chegadas a 2001, ao século XXI, eis que mais de 50%, mais exactamente 51,43% dos 9 milhões 870 mil residentes no Continente, residem de forma concentrada em apenas 37 concelhos (15 em torno de Lisboa, 22 na região do Porto²). Sem espanto constatamos que a aritmética nos leva sempre aí; em torno de Lisboa e do Porto vai crescendo um mundo urbano específico, que por simplificação chamaremos metrópole, cujas fronteiras são porosas e cujos protagonistas são móveis. E por isso contá-los tornou-se um problema acrescido. Ainda assim o Recenseamento da População de 2001 dá-nos

² Os concelhos escolhidos são apenas os que são contíguos às cidades de Lisboa e Porto, ou os que na região têm uma dimensão significativa. Na região noroeste de Portugal está mais presente esta última característica dada a relativa autonomia das cidades minhotas. São a norte: Porto, Vila Nova de Gaia, Guimarães, Vizela, Matosinhos, Gondomar, Braga, Santa Maria da Feira, Vila Nova de Famalicão, Barcelos, S. Tirso, Trofa, Maia, Viana do Castelo, Valongo, Paredes, Oliveira de Azemeis, Penafiel, Vila do Conde, Amarante, Póvoa do Varzim, Felgueiras; a sul, Lisboa, Loures, Odivelas, Sintra, Amadora, Cascais, Almada, Oeiras, Seixal, Setúbal, Vila Franca de Xira, Barreiro, Torres Vedras, Montijo e Moita. A avaliação da dimensão do fenómeno é feita por defeito.

pistas claras. E se compararmos com a situação em 1960, a evolução é notória. Nessa anterior data este conjunto de concelhos concentrava 37,33% da população do continente português, e se recuarmos mais, a 1900, concentra apenas 26,93%.

Complementarmente constatamos que hoje, à luz dos dados do INE de 2001, temos no continente português 23 concelhos com mais de 100 mil habitantes, dos quais apenas 4 com mais de 200 mil habitantes, e isto num total de 278 concelhos, ou seja, abrangendo menos de 10% do total dos municípios da plataforma ibérica. Em primeiro lugar pode dizer-se que são muito poucos os concelhos que albergam um grande número de residentes. Em segundo lugar que a sua localização não deixa dúvidas: a concentração em torno e entre as duas maiores cidades do território português ganhou terreno, contribuindo para a densificação urbana dessas áreas de contiguidade residencial e vivencial.

Por ordem decrescente o município de Lisboa lidera, contando com 546,7 mil habitantes, seguido de Sintra com 363,7 mil residentes e de Vila Nova de Gaia com 288,7 e do Porto com 263,1 mil. Só estes concelhos têm mais de 200 mil habitantes. Segue-se um conjunto de autarquias todas situadas em volta das maiores cidades portuguesas a uma distância máxima de 50 quilómetros destes centros (havendo apenas a notar as exceções conhecidas, as duas cidades que ficam na rota dos dois maiores centros, Leiria e Coimbra). Por ordem decrescente são os concelhos de Loures com aproximadamente 199,1 mil residentes, da Amadora com 175,9 mil, de Cascais com 170,7 mil, de Matosinhos nos 167 mil, de Braga e Gondomar um pouco acima dos 164, de Oeiras nos 162,1 mil, de Almada nos 160,1, de Guimarães nos 159,6, do Seixal nos 150,3, de Coimbra nos 148,4 mil, de Santa Maria da Feira quase nos 136 mil, de Odivelas nos 133,8, de Vila Nova de Famalicão pelos 127,6, de Vila Franca de Xira nos 122,9 mil, de Barcelos nos 122,1, da Maia com 120,1 mil residentes, de Leiria com 119,8 e de Setúbal com 113,9 mil habitantes.

É curioso que esta situação se mantenha ao nível dos concelhos com uma população entre os 70 e os 100 mil residentes. São apenas mais 11 concelhos e, se excluirmos Viseu com os seus 93,5 mil habitantes, todos eles estão na continuidade imediata dos contextos territoriais anteriores. Senão vejamos: a norte e a este do Porto, Viana do Castelo (88,6 mil hab.), Vila do Conde (74,4 mil hab.), Santo Tirso (72,4 mil hab.), Valongo (86 mil hab.), Paredes (83,4 mil hab.), Penafiel (71,8 mil hab.), a sul do Porto, Oliveira de Azemeis (70,7 mil hab.) e Aveiro (73,3 mil hab.), a norte de Lisboa, Torres Vedras com 72,3 mil habitantes e a sul de Lisboa, o Barreiro com 79 mil habitantes. Ou seja, estes dados reforçam a ideia atrás apontada de uma concentração fortíssima da população residente no continente português em torno da cidade de Lisboa e na região do Porto. Daí se falar destas áreas como territórios metropolitanos, na medida em que resultam de transformações efectivas do uso do espaço e da sua apropriação num contexto de mo-

bilidade crescente. Caracterizam-se estas áreas pela densificação e o alargamento da área construída de habitação, pelo aumento da circulação das populações, nomeadamente com a edificação das rodovias e das suas infraestruturas, pelo surgimento de novos equipamentos industriais e comerciais, pela coexistência de populações oriundas de lugares progressivamente mais distantes, pela incorporação da lógica de competição entre lugares, concelhos, cidades, vocacionando-os para o turismo e para a divulgação destes como sítios eminentemente urbanos.

No caso da constituição e evolução do território metropolitano de Lisboa é de salientar a forma como o crescimento urbano e demográfico acelerado tomou conta dos concelhos (e das freguesias) confinantes com o município de Lisboa, dando-lhes a particularidade das altas densidades residenciais (Quadro 1). Os concelhos contíguos começam a ultrapassar Lisboa, atingindo com frequência densidades residenciais acima dos 1 000/km², o que faz deles lugares de malha densa com problemas em todo semelhantes aos das maiores cidades europeias e mundiais.

Podemos ser mais precisos descendo à análise concelhia. Num nível de grandes densidades residenciais a Amadora atinge em 2001 uma densidade superior a 7 000 hb/km², ultrapassando Lisboa com 6 606 hb/km². Quer isto dizer que o corredor de expansão Lisboa-Amadora-Sintra estende-se já como *continuidade natural* da própria cidade de Lisboa, formando-se assim uma área de forte densificação, que é simultâneo a outros corredores de expansão que partem de Lisboa e se estendem ao longo da metrópole, dos quais ressalta pela sua centralidade metropolitana o eixo Lisboa-Oeiras-Cascais³, ou para sul o eixo Almada-Seixal-Barreiro-Moita.

Quadro 1 – Concelhos da Área Metropolitana, de Lisboa, em ranking de densidade populacional (número de habitantes por quilometro quadrado [hab/km²]), em 2001

Concelhos da Área Metropolitana de Lisboa ⁴	Densidade populacional (hab / km ²)
Amadora	7 375,5
Lisboa	6 606,9
Odivelas	5 028,7
Oeiras	3 543,8
Barreiro	2 454,2
Almada	2 293,2
Cascais	1 764,6
Seixal	1 593,5
Moita	1 235,9
Loures	1 178,3
Sintra	1 162
Vila Franca de Xira	383,8
Montijo	115,5
Alcochete	99,4

Fonte: Recenseamento Geral da População 2001. INE.

³ Cf. por exemplo Ferreira, Vitor Matias *et al.* (1997), *Lisboa, a Metrópole e o Rio*, Bizâncio, Lisboa.

⁴ Segundo o critério oficial, a Grande Área Metropolitana de Lisboa é formada pelos concelhos de Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Moita, Montijo, Odivelas, Oeiras, Palmela,

3. Os desequilíbrios populacionais e ambientais associados ao crescimento urbano e à metrópole

Por isso se pode dizer que Portugal e particularmente as áreas metropolitanas de Lisboa e também do Porto foram tocados nas décadas mais recentes por uma «mobilidade de crescimento» que transformou profundamente a morfologia do país e mais ainda os sítios da envolvente lisboeta e portuense, levando a novas formas de coexistência entre populações em renovada instalação e mobilidade.

Há que recordar que na sequência do 25 de Abril de 1974, a frequência e a importância numérica dos fluxos populacionais de chegada, que tiveram como palco o território português, e particularmente estas áreas urbanas, não foram mais interrompidas: a descolonização das ex-colónias portuguesas em 1975-76, os regressos mais ou menos definitivos nos anos 80 dos emigrantes portugueses da Europa e a partir desses anos a imigração com origem em África e mais recentemente no Brasil, na Europa de Leste, na Ásia.

Do ponto de vista ambiental o que torna visível a alteração dos equilíbrios pré-existentes é a própria dinâmica do crescimento urbano que conduz à constituição da metrópole, e que envolve a chegada de novas populações, a reconfiguração dos lugares alvo de instalação de novos residentes, o surgimento de novas actividades económicas.

A metrópole identifica-se como um ambiente próprio, paradigma do pleno efeito da urbanização, de modos de vida desvinculados das lógicas pré-urbanas, que se prendem com novas relações no uso do espaço físico da cidade alargada e que introduz questões de escala. Falamos aqui de concentrações populacionais superiores a 1 milhão de habitantes, que se associam à possibilidade de identificar fenómenos característicos do *espírito da metrópole*.

As novas realidades que parecem emergir afiguram-se normalmente assustadoras para as populações em geral pouco habituadas à convivência com outros grupos sociais e étnicos, pouco dadas a aceitar trajectórias sociais e pessoais (sobretudo em gerações mais novas) regidas segundo códigos de actuação alternativos. Assim, em poucos anos, tudo parece ter mudado e os sentimentos de incerteza, insegurança e de incompreensão face às mudanças da vida colectiva ganham uma dimensão impressionante.

Por tudo isto, trata-se de um campo privilegiado de experimentação política e social e daí que os discursos não parem de mudar - das cidades sustentadas,

Seixal, Sesimbra, Setúbal, Sintra, Vila Franca de Xira. Territorialmente, este conjunto perfaz 2 962 km² e nele residem cerca de 2 milhões e seiscentos mil habitantes. Todavia, neste quadro utilizámos um critério menos abrangente, e referimo-nos a um conjunto de concelhos mais restrito: composto por Cascais, Oeiras, Sintra, Amadora, Odivelas, Loures Vila Franca de Xira e Lisboa, na margem norte; Almada, Seixal, Barreiro, Moita, Montijo, na margem sul; totalizando cerca de 1 730 km², a população residente neste conjunto de concelhos ascende a 2 milhões e quatrocentas mil pessoas.

educadoras, digitais, saudáveis; às metrópoles sustentáveis, integradoras, tolerantes; às ecocidades. Estas iniciativas, entre outras, estão orientadas por visões que procuram combater as desconfianças e as incertezas que se estabelecem sobretudo em populações progressivamente pauperizadas em metrópoles que entre si competem como montras de riqueza. Os desequilíbrios sociais que se vão evidenciando são alvo de intervenções locais, nacionais e europeias que visam promover formas de reintegração, de reajustamento, de incentivo à participação cidadã.

Às Ciências Sociais compete a reflexão que entre o fazer e o pensar os problemas é necessária para actualizar o diagnóstico das políticas em curso. No plano dos desequilíbrios territoriais associados ao crescimento urbano e à metropolização o caminho a percorrer é imenso.

4. A emergência da figura da área metropolitana como padrão de desenvolvimento regional

Mas antes de falarmos das políticas para as cidades e para as metrópoles necessitamos de as enquadrar no âmbito das grandes metrópoles mundiais, que se afirmam actualmente acima dos 5 milhões de habitantes. Assim, se recorrermos, por exemplo, à tipologia da cidade global, de Saskia Sassen (1991), é evidente que nem na categoria das cidades de segundo plano, ou seja das cidades regionais, encontramos qualquer metrópole portuguesa. Na escala ibérica só Madrid figura. Lisboa figuraria, quanto muito, no plano das cidades de importância sub-regional, em situação deficitária face a Barcelona, o que quer dizer que é uma metrópole de pouca importância na escala europeia, reduzindo-se à escala peninsular.

Contudo, e apesar de ser um fenómeno recente e limitado, quer em Espanha, quer em Portugal, o surgimento das metrópoles ibéricas coloca novas questões que é fundamental observar. Nos praticamente 600.000 km², dimensão aproximada da Península Ibérica, vislumbram-se já do século passado 4 áreas metropolitanas com mais de 1 milhão de habitantes: Madrid em redor dos 5, Barcelona com mais de 3, Lisboa com mais de 2 e o Porto com mais de 1. Em redor de 1 milhão estão igualmente Sevilha, Valência e Bilbao.

Sabemos que os modos de inserção das metrópoles na dinâmica económica planetária são fortemente incidentes na produção (e reprodução) de desigualdades sociais, bem como na estruturação das actividades, das instituições e dos territórios metropolitanos.⁵ O destino das metrópoles ibéricas depende em muito da inserção dessas urbes nas dinâmicas da economia europeia e mundial – e será nesse

⁵ Vd. Michel Bassand (1997), *Métropolisation et inégalités sociales*, Lausanne, Presses Universitaires et Polytechniques Romandes.

complexo sistema de relações que a posição de cada uma, face às restantes, se irá definir e jogar.

Para dar conta dos diferentes posicionamentos das cidades europeias face ao processo de internacionalização da economia e aos seus efeitos, Marie-Andrée Buisson ⁶ recorta três perfis metropolitanos – as *cidades tecnológicas*, as *cidades interface* (ou *metrópoles regionais*) e as *cidades de regulação*. A tipologia apresenta para nós um acrescido interesse na medida em que, refere a autora, ela é resultante de uma investigação sobre 18 cidades europeias, cidades não capitais, cuja população se situava à data entre 400 mil e alguns milhões de habitantes.⁷

Num registo breve, vejamos as principais características de cada perfil.

As cidades tecnológicas. Trata-se de cidades dotadas de uma forte valência tecnológica, cuja produção apresenta um elevado valor acrescentado e uma forte inclinação para a exportação. «Il s’agit de villes dont la base productive est fortement internationalisée», refere Buisson (1999: 140). No seu seio concentram-se instalações de grandes grupos industriais, numerosas pequenas e médias empresas *high-tech*, centros de investigação científica e tecnológica bem como uma pluralidade de empresas oferecendo serviços a companhias e a instituições. Todavia, ao nível das actividades financeiras ou dos serviços de alto nível, a sua oferta é bem menos diferenciada. A sua capacidade de atracção em termos turísticos é limitada e a oferta de equipamentos e bens culturais é reduzida. Turim e Stuttgart, Manchester e Liège são cidades referidas como próximas a este tipo. As redes de transporte adquirem nestes contextos citadinos uma especial importância, sendo um dos suportes das relações que estas cidades estabelecem e alimentam:

«Ces métropoles sont en réseaux de recherche, de relations d’affaires concurrentes et/ou complémentaires tout particulièrement en ce qui concerne les activités dans lesquelles leur base productive est spécialisée. Elles traiteront alors directement avec d’autres firmes, étrangères le plus souvent, localisées elles aussi dans de grands villes et qui présentent pour elles des compétences technologiques importantes. Pour cela, elles n’utiliseront leurs relations avec les “capitales” régionales ou nationales qu’en matière de nœuds de communication, de places

⁶ Vd. Buisson, Marie Andrée (1999) «De la métropole de équilibre à la métropole en réseau» in Lacour, C., Puissant, S. (coord.) *La métropolisation: Croissance, diversité, fractures*, Paris, Anthropos (col. Villes), em especial pp. 139 e seguintes.

⁷ A investigação foi realizada no quadro do projecto *Nice – New International Cities Era*; quanto à publicação dos resultados, a autora fornece a seguinte informação bibliográfica: Bonneville, M., Buisson, MA, Commerçon, N., Rousier, N. (1992), *Villes européennes et internationalisation*, Programme Rhône-Alpes Recherches en Sciences Humaines, nº 9, 213 p..

financières ou lorsqu'elles ont besoin de recourir à des services hautement spécialisés.» (Buisson, 1999: 140)

Toulouse com a indústria aeronáutica e Grenoble com a informática e a electrónica são também cidades consideradas próximas a este perfil.

Cidades interface ou *metrópoles regionais*. Tal com as cidades tecnológicas, estas cidades dispõem de uma importante base produtiva, fortemente diferenciada, com a qual se articula um universo de organizações prestando serviços às pessoas e às empresas. A atracção exercida por estas *cidades interface* atinge distâncias consideráveis, estruturando vastos espaços regionais. São consideradas *portas de entrada* da economia mundial na região. Milão, Barcelona, Colónia, Glasgow ou Lyon podem, segundo Buisson (1999: 141), ser consideradas neste tipo.⁸ À presença de universidades e de *grands écoles*, de centros de investigação e de empresas direccionadas para os serviços às empresas e às instituições (marketing, estudos, aconselhamento e consultoria) acresce o facto de nestas cidades se cruzarem variadas redes europeias e mundiais, nomeadamente redes de informação, de comunicação e de transporte. Procuram oferecer equipamentos e bens culturais de alto nível e o seu potencial de acolhimento turístico tem vindo a ser incentivado. Nestas cidades, a oferta de transportes é entendida é como recurso central. Regra geral, dispõem de aeroporto de dimensão europeia e de bons acessos às redes aéreas, ferro e rodoviárias.

«En définitive, ces villes combinent à la fois les avantages d'une base industrielle développée sur des activités en croissance, et les avantages d'une métropole, capitale régionale ouvrant l'accès aux réseaux européens ou mondiales. Elles se positionnent donc sur deux types de réseaux: d'une part, les réseaux d'affaires liées au fonctionnement de leurs entreprises productives et comparables à ceux mis en évidence dans les villes technologiques, d'autre part, des réseaux de relations beaucoup plus globales liées à l'importance même de la métropole et aux besoins de communication et d'échange de chefs d'entreprise dans des domaines beaucoup plus diversifiés tel que le marketing, les études et conseils, la commercialisation mais aussi aux besoins liés au fonctionnement des diverses activités de services destinés à la personne et aux services collectifs» (Buisson, 1999 : 141)

⁸ Para nós, a região metropolitana do Porto, pelo critério acima enunciado, poderia igualmente ser considerada nesta classe.

As cidades de regulação. À escala internacional, cidades há cuja posição nos sistemas políticos e financeiros é excepcional. «Ce sont des instances de régulation du système qui, en tant que telles, accueillent des institutions internationales et présentent en conséquence une structure de leurs activités économiques adaptée à ce rôle», sintetiza Buisson (1999:142) para em seguida destacar, relativamente a Genève e a Frankfurt, pelo facto de estas serem cidades que apresentam uma forte incidência de tráfego aéreo transcontinental, acolhendo um significativo número de instituições financeiras e dispo de uma elevada capacidade hoteleira.

Ao favorecer a apreensão dos diversos processos de integração das cidades e metrópoles europeias (não capitais) nas redes internacionais, esta tipologia não deixa de sugerir um olhar atento e crítico quer relativamente às realidades *inter* e *intra-metropolitanas* portuguesas – do seu tecido empresarial às redes de transporte, dos espaços públicos às instituições de ensino e de cultura – quer aos seus índices de qualidade de vida e de ambiente. Importa igualmente sublinhar, como faz M.-A. Buisson, que as cidades ou metrópoles dificilmente se “deixam” classificar num só perfil. A história recente das cidades europeias releva de múltiplos processos, que em combinatórias complexas, determinaram a constituição e evolução dos seus territórios metropolitanos, bem como a sua inserção na economia mundial.

Em Portugal, a questão metropolitana entra na ordem do dia. Como situá-la neste emaranhado de possibilidades que se levantam face ao perfil de metrópole que se edifica entre nós? Obviamente no caso de Lisboa, capital portuguesa, algumas particularidades a distinguiram das cidades antes vistas, mas em todo o caso, o tipo de perfis encontrado em muito podem ser útil para perceber o sentido que a metrópole venha a tomar.

Mas antes do debate necessário acerca do tipo de metrópole que se vai construindo, importa entender de que modo o termo metrópole tem entrado no léxico técnico e político.

E é por isso mesmo e face à situação descrita que se revela desapropriada a institucionalização no nosso país de áreas metropolitanas, por simples efeito de agrupamento de municípios. Quando a maior parte das discussões acerca da dimensão de um aglomerado com as características de ecossistema metropolitano se desloca da escala das concentrações de 1 milhão de residentes para a dos 5 milhões (sendo as concentrações de 1 a 5 milhões tratadas como cidades de média dimensão) é evidente que estamos perante um equívoco e uma candidatura ao ridículo. As nossas cidades de média dimensão são cidades de pequeníssima dimensão a nível internacional e só eventualmente a Grande Lisboa, cujos limites geográficos se poderiam estender até 100-150 quilómetros de distância, e o Noroeste português, e galego, podem nesta escala internacional almejar à consideração de cidades de média dimensão, competindo na escala ibérica, em primeiro lugar, na escala europeia e transatlântica de seguida.

Assim sendo, o novo uso do termo área metropolitana em Portugal parece ter acima de tudo a ver com um consenso produzido na sequência do fracasso do referendo sobre a regionalização, em que a referência à metrópole não é o que é mas o meio terminológico de permitir através desta classificação o estatuto de zona moderna, desenvolvida, irreversivelmente urbana.

5. O futuro do nosso território: ainda vamos a tempo?

O século XXI português precisa de uma política reestruturante para o território, o que obriga a enfrentar o actual desordenamento generalizado do território português sem tabus, nem certezas prévias. Será necessário definir eixos de actuação, complementares entre si, estrategicamente pensados para uma intervenção mais sistemática ligando os campos e as cidades, os lugares e as populações. Deixamos em jeito de conclusão identificados três contextos morfológicos que nos parecem centrais para uma intervenção urbana e para um ordenamento territorial articulados. Sem grande novidade, são eles:

Os centros históricos/antigos das cidades. Nestes contextos é necessário inverter o sentido hegemónico da terciarização e o declínio demográfico dos residentes; reordenar estes funcionalmente enquanto espaços lúdico-referenciais; combater as formas de desinserção social que conduzem ao aumento do número de novos pobres da cidade, do centro da metrópole; redimensionar os centros históricos das grandes cidades no sentido amplo, envolvendo dentro de tal critério as áreas edificadas mais recentemente, por exemplo até 1939-45 ou mesmo até aos anos 60, preparando-as para a lógica competitiva das cidades globais, das cidades regionais.

As áreas de crescimento urbano, dos antigos campos em redor da cidade que foram integrados numa dinâmica de metropolização. Nestes contextos há que preparar planos de intervenção que tenham em conta que aí se aglomeram na maior diversidade a maioria das populações nacionais, num diâmetro que se foi alargando progressivamente e que ultrapassa os 100 km em torno da cidade-sede, muitas vezes em ligação com outras, numa dimensão de metápolis.

Os campos desagravados, destinados a actividades complementares das cidades. Há que repensar nestes contextos a agricultura agora industrializada e que ocupa uma área insignificante dos campos e uma percentagem insignificante da população activa; discutir a “revalorização rural”: a floresta, a caça, os desportos de montanha e água; reequacionar a museificação de aldeias, das suas práticas sociais e profissionais, reponderar a utilização urbana dos campos, feita através da generalização das 2ª habitações, e da presença de novas populações sejam os reformados das cidades que se tornam agricultores parciais ou os urbanitas em busca de cenários de isolamento ou os imigrantes.

Referências bibliográficas

- BUISSON, Marie Andrée (1999), «De la métropole de équilibre à la métropole en réseau» in Lacour, C., Puissant, S. (coord.), *La métropolisation: Croissance, diversité, fractures*, Anthropos (col. Villes), Paris, pp. 115-151.
- BASSAND, Michel (1997), *Métropolisation et inégalités sociales*, Presses Universitaires et Polytechniques Romandes, Lausanne.
- FERREIRA, Vítor Matias *et al.* (1997), *Lisboa, a Metrópole e o Rio*, Bizâncio, Lisboa.
- SASSEN, Saskia (1991), *The Global City*, Princeton University Press, Princeton.